ANEXO II – CARTILHA DE CONTEÚDO LOCAL



**CARTILHA DO CONTEÚDO LOCAL DE BENS, BENS PARA USO TEMPORAL, CONJUNTOS, MATERIAIS, SERVIÇOS DE MDO, SISTEMAS E SISTEMAS PARA USO TEMPORAL RELACIONADOS AO SETOR DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL**

**ÍNDICE**

**1 INTRODUÇÃO**

**2 GLOSSÁRIO**

**3 CRITÉRIOS, INSTRUÇÕES E FÓRMULA PARA APURAÇÃO DE CONTEÚDO LOCAL DE BENS**

**4 CRITÉRIOS, INSTRUÇÕES E FÓRMULA DE CÁLCULO DO CONTEÚDO LOCAL DE CONTRATAÇÃO DE BENS E SISTEMAS PARA USO TEMPORAL RELACIONADOS À INDÚSTRIA DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL**

**5 CRITÉRIOS, INSTRUÇÕES E FÓRMULA DE CÁLCULO DO CONTEÚDO LOCAL DE CONJUNTOS**

**6 CRITÉRIOS, INSTRUÇÕES E FÓRMULA DE CÁLCULO DO CONTEÚDO LOCAL DE SISTEMAS RELACIONADOS À INDÚSTRIA DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL**

**7 CRITÉRIOS, INSTRUÇÕES E FÓRMULA DE CÁLCULO DO CONTEÚDO LOCAL DE SERVIÇOS DE MDO RELACIONADOS À INDÚSTRIA DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL**

**8 CRITÉRIOS, INSTRUÇÕES E FÓRMULA DE CÁLCULO DO CONTEÚDO LOCAL DE MATERIAIS ADQUIRIDOS DIRETAMENTE PELOS CONCESSIONÁRIOS**

**9 PLANILHAS DE CÁLCULO DO PERCENTUAL DE CONTEÚDO LOCAL E PASSO-A-PASSO DO CÁLCULO DO CONTEÚDO LOCAL DE BENS, BENS PARA USO TEMPORAL, CONJUNTOS , MATERIAIS, SERVIÇOS DE MDO, SISTEMAS E SISTEMAS PARA USO TEMPORAL.**

# 1 Introdução

Este documento consiste em uma cartilha com as definições, métodos e critérios para cálculo do conteúdo local de: Bens, Bens para uso temporal, Conjuntos, Materiais, Serviços de MDO, Sistemas e Sistemas para uso temporal, relacionados ao setor de petróleo e gás natural.

É importante salientar que a metodologia apresentada na Cartilha é totalmente baseada em custos, documentação e informações de caráter exclusivo e sigiloso de fabricantes, fornecedores, subfornecedores, prestadores de serviços, e concessionários, e será instrumento de trabalho de todos os presentes na cadeia produtiva do setor.

Cabe ressaltar que essas empresas serão as responsáveis pela prestação de informações, pelo cálculo dos Conteúdos Locais e pela manutenção da documentação comprobatória a ser apresentada, caso necessário, para efeito de apuração e aferição dos resultados dessa apuração.

# 2 Glossário

**BEM**

Equipamentos e máquinas utilizados nas operações previstas no “Plano de Aquisição de Bens e Serviços Locais”, anexo aos Contratos de Concessão e Cessão Onerosa, incluindo-se nesta definição todos os itens e subitens referentes aos compromissos contratuais de conteúdo local, sondas terrestres, e Embarcações de Apoio.

**NOTA:** Não podem ser considerados Bens os seguintes equipamentos e máquinas:

1. Logísticos: veículos, caminhões, carretas, betoneiras, escavadeiras, empilhadeiras, tratores; gruas, guinchos, pórticos, guindastes (exceto os guindastes *offshore*); esteiras, balanças, containers de transporte de carga ou de habitação; aviões, chatas, empurradores, e equipamentos afins;
2. Informática: qualquer equipamento de informática, a exemplo de computadores, *desktops, laptots, noteboks, netbooks*, servidores, acessórios, monitores, telas, projetores, televisores suas partes e componentes;
3. Mobiliário e utilidades: itens de mobília, alojamentos, divisórias, cadeiras, mesas, janelas, vidrarias, máquinas de lavanderia, equipamentos de copa-cozinha, acabamento interno de alojamentos, pisos, cantoneiras, bandeja de cabeamento, luminárias, lâmpadas, e objetos afins;
4. Equipamentos utilizados em análises laboratoriais e em atividades de inspeção: cromatógrafos, espectrofotômetros, centrífugas, equipamentos radiográficos, ultrassom, e outros similares;
5. Gêneros alimentícios, vacinas, medicamentos, vestuário, e produtos afins.

**BEM PARA USO TEMPORAL**

Bens utilizados mediante contratos de aluguel, afretamento, arrendamento, ou leasing operacional ou financeiro (Arrendamento Mercantil), e operações afins.

**COMPONENTES**

Cada uma das partes que compõem um Bem.

**CONJUNTO**

Contratos de prestação de serviço que envolvam mão de obra associada a utilização de Bem, e/ou Material e/ou Bem para Uso Temporário.

**CONTEÚDO LOCAL DE BENS (CLb)**

Percentual que corresponde ao quociente entre:

-a diferença entre o valor total de comercialização de um Bem (excluídos IPI e ICMS) e o valor da sua respectiva parcela importada e;

-o seu valor total de comercialização (excluídos IPI e ICMS).

**CONTEÚDO LOCAL DE BENS E SISTEMAS PARA USO TEMPORAL (CLa)**

Para efeito de apuração do valor do Conteúdo Local referente a Bens e Sistemas para uso temporal, será utilizado o valor percentual do CLb do Bem ou Sistema, medido previamente, aplicado ao valor do respectivo contrato de aluguel, afretamento, arrendamento, ou leasing operacional ou financeiro (Arrendamento Mercantil), e operações afins do Bem ou Sistema.

**CONTEÚDO LOCAL DE SERVIÇOS DE MDO (CLs)**

Para efeitos de apuração do valor do Conteúdo Local de Serviços, será aplicado o ILs sobre o valor total do serviço contratado, excluído o ISS.

**CUSTO TOTAL DA MÃO DE OBRA:**

É o custo total decorrente da utilização de mão de obra diretamente relacionada à realização de um serviço, sob a forma de salários e encargos (FGTS, férias, INSS, 13º salário).

**CUSTO TOTAL DA MÃO DE OBRA LOCAL:**

É o custo total decorrente da utilização de mão de obra local diretamente relacionada à realização de um serviço sob a forma de salários e encargos (FGTS, férias, INSS, 13º salário).

**ÍNDICE DE CUSTO DE UTILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA LOCAL EM SERVIÇOS (ILS)**

Percentual que corresponde ao quociente entre o CUSTO TOTAL DA MÃO DE OBRA LOCAL PRÓPRIA OU DE TERCEIROS, necessária ou efetivamente utilizada, na realização do serviço em relação ao CUSTO TOTAL DA MÃO DE OBRA PRÓPRIA OU DE TERCEIROS, necessária ou efetivamente utilizada, na realização do serviço completo.

**MÃO DE OBRA NECESSÁRIA:**

É a mão de obra estimada ou orçada para a realização de um determinado serviço.

**MÃO DE OBRA EFETIVAMENTE UTILIZADA:**

É a mão de obra efetivamente utilizada para a realização de um determinado serviço.

**MÃO DE OBRA LOCAL:**

É a mão de obra proveniente do emprego de cidadãos brasileiros (de acordo com a Legislação em vigor), ou estrangeiros com Visto Permanente, empregados nos estabelecimentos prestadores de serviços, e seus subcontratados (que deverão estar inscritos no CNPJ), ou proveniente de mão de obra autônoma. Não será considerado como local a mão de obra de indivíduos estrangeiros, ainda que com Visto Temporário ou Autorização de Trabalho a Estrangeiros, Bem como aquela proveniente de empregos não legalizados no País.

**MATERIAL**

Consumíveis e objetos que compõe uma obra, construção, montagem ou atividade afim, incluindo-se nesta definição: acessórios mecânicos, ferramentas de poço, e tubos, exceto aqueles que compõem itens/subitens de compromisso contratual de conteúdo local.

**PEÇA DE REPOSIÇÃO**

Sobressalente.

**SERVIÇOS DE MDO**

Contratos de prestação de serviços que envolvam a utilização exclusiva de mão de obra diretamente relacionada à realização das atividades de exploração e desenvolvimento da produção, ou mão de obra de engenharia, ou mão de obra de gerenciamento, construção e montagem, ou consultorias técnicas, ou aquelas associadas a outros itens que não sejam classificados como Bem, Bem para uso temporal, Material, Sistema para uso temporal ou Sistema.

**SISTEMA**

Sondas de Perfuração marítimas e/ou seus módulos e Unidades Estacionárias de Produção (UEP) e/ou seus módulos, a exemplo: TLP, Semissubmersível, Plataforma Fixa, SPAR, FPSO, ou similares.

**SISTEMA PARA USO TEMPORAL**

Sistemas utilizados mediante contratos de aluguel, afretamento, arrendamento, ou leasing operacional ou financeiro (Arrendamento Mercantil), e operações afins.

**SOFTWARE**

Programa ou conjunto de programas de computador necessários ao funcionamento de um Bem ou à gestão e execução de serviços utilizados exclusivamente para a indústria do petróleo.

# 3 Critérios, Instruções e Fórmula para Apuração de Conteúdo Local de Bens

**1.** O Conteúdo Local (CLb) de Bens deverá ser calculado pela fórmula abaixo, de acordo com modelo de planilha em anexo e instruções estabelecidas nos itens a seguir:



**2.** O Conteúdo Local deverá ser calculado considerando-se:

**X** = VALOR DOS COMPONENTES IMPORTADOS (em R$), somando-se:

1. Valor CIF (Cost, insurance and freight. Custo, seguro e frete. Termo usado em comércio internacional. O preço C.I.F. de um Bem é o seu preço incluindo os custos de chegada ao seu destino ), acrescido do respectivo Imposto de Importação, dos componentes importados diretamente pela fabricante e incorporados ao Bem; para a conversão de moedas, deverão ser utilizadas as taxas de câmbio vigentes na data da contratação do Bem; caso o Bem ainda não tenha sido faturado, poderão ser utilizadas as datas referentes às Declarações de Importação, ou a sua cotação com o provável fornecedor internacional, desde que as mesmas não tenham ocorrido há mais de 6 (seis) meses da apresentação do cálculo do Conteúdo Local;
2. Valor CIF, acrescido do respectivo Imposto de Importação, dos componentes importados diretamente pela compradora e incorporados ao Bem; para a conversão de moedas, deverão ser utilizadas as taxas de câmbio vigentes na data da contratação do Bem; na falta da informação do valor CIF, deverá ser utilizado o preço constante na Nota Fiscal de compra do componente, excluídos IPI e ICMS, ou a sua cotação com o provável fornecedor local;
3. Valor dos componentes importados por terceiros e adquiridos no mercado interno, pelo fabricante ou comprador, excluídos IPI e ICMS;
4. Valor da parcela importada do Bem nacional certificado que componha o Bem objeto de certificação.

**Y** = PREÇO DE VENDA DO BEM EFETIVAMENTE PRATICADO, excluídos IPI e ICMS;

1. Nos casos em que os Bens não forem comercializados pelo próprio fabricante, deve-se considerar o preço de venda para o respectivo distribuidor ou empresa que venha a comercializá-los.
2. Nos processos de certificação antecipada, deve-se considerar o valor médio dos 3 (três) últimos preços de venda praticados.

**3.** Quando o Bem ainda não tiver sido comercializado, ou seja, quando ainda não existir preço de venda do Bem, mas somente o valor da cotação no mercado, o cálculo do conteúdo local deverá ser feito com base na fórmula do item 1, e nas definições abaixo:

**X** = VALOR DOS COMPONENTES IMPORTADOS, somando-se:

1. Valor FOB (Free on board. Livre a bordo, não importando o modo de transporte, preço no porto de embarque direto do vendedor para o comprador) dos componentes importados diretamente pela fabricante e incorporados ao Bem;
2. Valor FOB dos componentes importados diretamente pela compradora e incorporados ao Bem;
3. Valor dos componentes importados por terceiros e adquiridos no mercado interno pela fabricante; excluindo-se IPI e ICMS;
4. Valor da parcela importada do Bem nacional certificado que componha o Bem objeto de certificação.

**Y** =VALOR FOB PARA EXPORTAÇÃO DO BEM, ou em caso de inexistência deste, utilizar a média de 3 (três) cotações FOB de mercado, para Bens com especificação e características similares ao Bem objeto da certificação.

Nota: Caso necessário os valores acima referidos deverão ser convertido para uma mesma moeda, utilizando a média das taxas de câmbio do mês anterior à emissão do Certificado.

**4.** Caso existam, os valores das parcelas nacionais de fornecimentos realizados por fabricantes nacionais poderão ser deduzidos do valor da parcela importada, tendo-se por base apenas o valor originalmente faturado e certificado pelo fabricante nacional do Bem exportado ou incorporado ao fornecimento estrangeiro.

**5.** Para os Bens produzidos no Brasil, e comercializados através de sistema sob o regime aduaneiro especial de exportação e de importação de bens destinados às atividades de pesquisa e lavra das jazidas de petróleo e de gás natural, estes deverão der certificados na origem da fabricação.

**6.** Poderá ser solicitado o recálculo do Conteúdo Local, quando os preços praticados para os componentes importados ou nacionais estiverem, de forma significativa, em desequilíbrio econômico em relação àqueles praticados no mercado internacional e nacional; nesses casos, serão ponderados os valores dos componentes importados de forma a garantir a apuração do Conteúdo Local baseada na prática de um preço adequado (preço de referência).

**7.** A documentação utilizada para fins de cálculo do Conteúdo Local deverá ser mantida de forma acessível a fim de que, caso necessário, promova-se a comprovação e avaliação desse processo. Nesse caso, deverá ser apresentada demonstração do cálculo dos referidos conteúdos locais, acompanhada dos seguintes documentos:

1. Relação, em folha separada, de todos os componentes importados utilizados (incluindo bens que compõem o Bem objeto de certificação quando aplicável), indicando procedência, fabricante, marca e respectivos valores FOB, CIF e CIF acrescido do imposto de importação;
2. Relação, em folha separada, dos principais componentes nacionais utilizados (incluindo bens que compõem o Bem objeto de certificação quando aplicável), indicando fabricante, marca, valor da parcela importada, valor da parcela nacional e peso;
3. Comprovação dos valores de todos os componentes importados e dos principais componentes nacionais (incluindo bens que compõem o Bem objeto de certificação quando aplicável), e do Bem completo, conforme instruções contidas no item 8 a seguir.

Nota: Ainda que a comprovação seja de responsabilidade do Concessionário, a guarda da documentação comprobatória do cálculo do Conteúdo Local será objeto de negociação entre certificadoras e seus contratantes assegurando-se que a apresentação das mesmas ao avaliador seja fornecida sempre que solicitada pelo mesmo. Esses documentos deverão ser mantidos para fins de comprovação por um período de 5 anos a contar do término dos Contratos de Concessão ou de Cessão Onerosa.

**8.** Para efeito de comprovação dos conteúdos locais calculados, é necessária a apresentação de cópia dos seguintes documentos:

1. Para os componentes importados:

* Extrato da Declaração de Importação e seus anexos;
* Documento fiscal ou, caso ainda não tenha sido emitido, fatura do exportador;
* Documentos fiscais, ou caso ainda não tenham sido emitidos, faturas referentes aos componentes importados adquiridos no País;

1. Para os componentes nacionais, não classificados como Bens:

* Documentos fiscais ou, caso ainda não tenham sido emitidos, faturas referentes aos componentes nacionais;

1. Para o bem que compõe o Bem objeto de certificação:

* Documento fiscal e respectivo certificado de conteúdo local emitido para o bem;
* Extrato da Declaração de Importação e seus anexos;
* Documento fiscal ou, caso ainda não tenha sido emitido, fatura do exportador;
* Documentos fiscais, ou caso ainda não tenham sido emitidos, faturas referentes aos bens importados adquiridos no País;

1. Para o Bem completo, objeto de certificação:

* Documento fiscal ou, caso ainda não tenha sido emitido, fatura do fabricante nacional ou cotações de mercado;
* Evidências do processo fabril que gerou o Bem.

1. Quaisquer outros documentos pertinentes ao processo.

|  |
| --- |
| OBSERVAÇÕES: |
| a) Não considerar os valores gastos com sobressalentes para o Bem. |

# 4 Critérios, Instruções e Fórmula de Cálculo do Conteúdo Local de Contratação de Bens e Sistemas para Uso Temporal Relacionados à Indústria de Petróleo e Gás Natural

O Conteúdo Local de contratação de Bens e Sistemas para uso temporal, será mensurado através do Conteúdo Local (CLb) do Bem ou Sistema, objeto de tal atividade.

**1.** O Conteúdo Local de Contratação de Bens e Sistemas para uso temporal (CLa) será equivalente ao Conteúdo Local apurado para o Bem ou Sistema utilizado, desde que a empresa realizadora da atividade seja constituída sob as leis brasileiras, ou faça uso de bens ou sistemas fabricados no país sob regime aduaneiro especial de exportação e de importação de bens destinados às atividades de pesquisa e lavra das jazidas de petróleo e de gás natural:



**2.** O valor da parcela nacional a ser atribuído para essas atividades será, portanto:



Onde

**CLb** = CONTEÚDO LOCAL DO BEM OU SISTEMA FABRICADO NO BRASIL E CONTRATADO PARA USO TEMPORAL

**X** = VALOR DO CONTRATO DE UTILIZAÇÃO DO BEM OU SISTEMA PARA USO TEMPORAL

Caso o Bem ou Sistema utilizado tenha sido fabricado fora do Brasil, o Conteúdo Local da atividade (Cla) será igual a zero, e o valor integral do contrato será considerado como parcela importada.

# 5 Critérios, Instruções e Fórmula de Cálculo do Conteúdo Local de Conjuntos



**Y** = PREÇO TOTAL DO CONJUNTO (em R$), preço contratual da prestação de serviço, que inclua os valores de todos os fornecimentos de Bens, Bens de Uso Temporal, Materiais e mão de obra que, juntos, comporão o Conjunto, excluindo-se o valor dos sobressalentes, IPI, ICMS e ISS;

**X** = VALOR DA PARCELA IMPORTADA (em R$), considerando-se os valores de todos os fornecimentos e prestação de serviços que, juntos, comporão o Conjunto:

1. No caso de importação direta, valor CIF (em R$), acrescido do respectivo Imposto de Importação:

* dos Bens importados;
* dos Materiais importados.

1. No caso de compra no mercado interno, valor (em R$) excluindo-se IPI e ICMS:

* dos Bens importados;
* dos Materiais importados.

1. Valor da parcela importada dos Bens adquiridos no mercado nacional (em R$), excluindo-se IPI e ICMS, seguindo a metodologia adotada para cálculo do Conteúdo Local de Bens estabelecida neste regulamento.
2. Valor (em R$) da mão de obra atrelada ao contrato, inclusive Software, pagos em moeda estrangeira.
3. Valor da parcela importada do Bem para uso temporal (em R$).
4. Quando não houver previsão explicita do valor de aluguel do Bem utilizado na prestação de serviço, no contrato ou fatura, deverão ser considerados os seguintes valores da parcela importada:

* Para Bens internalizados, o valor será igual ao valor da depreciação do Bem, proporcional ao período de tempo de utilização deste e ao período de medição;
* Para Bens em regime de admissão temporária, o valor será igual ao valor da *invoice* do Bem, proporcional ao período de tempo de utilização deste e ao período de medição;

|  |
| --- |
| OBSERVAÇÕES: |
| a) Não considerar os valores gastos com sobressalentes. |
| b) Não considerar os valores gastos com despesas como por exemplo viagens, transporte de pessoas, alimentação, e outras despesas afins. |
| c) Utilizar as cotações referentes às datas base dos contratos de fornecimento, para conversão do valor dos componentes importados em reais. |
| d) Não considerar quaisquer reajustes nos valores dos fornecimentos, os quais devem se referir às datas base dos contratos. |
| e) Mantêm-se as disposições relacionadas à demonstração e comprovação de Conteúdo Local aplicáveis a Bens. |
| f) O valor da parcela importada de serviços será computado em função do ILS (ver Definições e Item VII desse documento). O percentual equivalente a (1-ILS) será aplicado na proporção do valor total do serviço (excluindo-se o ISS) e seu resultado será incorporado à parcela importada do serviço, somando-se com a que tiver sido faturada em moeda estrangeira, ou por empresas não inscritas no CNPJ, se for o caso. |
| g) Caso existam, os valores das parcelas nacionais de fornecimentos realizados por fabricantes nacionais poderão ser deduzidos do valor da parcela importada, tendo-se por base apenas o valor originalmente faturado pelo fabricante nacional do Bem exportado ou incorporado ao fornecimento estrangeiro. |
| h) Os Bens e Bens para uso temporal inclusos no contrato objeto de certificação deverão ser certificados previamente. |
| i) Os Materiais inclusos no contrato objeto de certificação, adquiridos pelo fornecedor, deverão ter somente verificada a sua procedência, não sendo necessária a certificação prévia. Nos casos em que os Materiais sejam adquiridos diretamente pelos Concessionários, estes deverão seguir o estabelecido no capítulo Cálculo de Conteúdo Local de Materiais da presente cartilha. |

# 6 Critérios, Instruções e Fórmula de Cálculo do Conteúdo Local de Sistemas Relacionados à Indústria de Petróleo e Gás Natural



**Y** = PREÇO TOTAL DO SISTEMA COMPLETO (em R$), **entregue e em (1) condições de funcionamento**, ainda que não tenha sido objeto de compra única (pacote *turn-key* / EPC), somando-se, portanto, os valores de todos os contratos de fornecimento de Bens, Materiais e prestação de serviços que, juntos, comporão o Sistema, excluindo-se o valor dos sobressalentes, IPI e ICMS, (2) ainda que o mesmo tenha sido contratado por empresa localizada no exterior.

Obs.: (1) O termo “condições de funcionamento” significa um sistema testado, aprovado, e em condições de operação.

(2) Para os casos de Sistemas fabricados no país sob o regime aduaneiro especial de exportação e de importação de bens destinados às atividades de pesquisa e lavra das jazidas de petróleo e de gás natural, estes poderão ser certificados ainda que a empresa dona do ativo esteja localizada no exterior.

**X** = VALOR DA PARCELA IMPORTADA (em R$), considerando-se os valores de todos os contratos de fornecimento e prestação de serviços que, juntos, comporão o sistema:

a) No caso de importação direta, valor CIF (em R$), acrescido do respectivo Imposto de Importação:

* dos Bens importados;
* dos Materiais importados;
* dos Softwares importados.

b) No caso de compras no mercado interno, valor (em R$) excluindo-se IPI e ICMS:

* dos Bens importados;
* dos Materiais importados;
* dos Softwares importados.

c) Valor (em R$) da parcela importada dos Bens adquiridos no mercado nacional, excluindo-se IPI e ICMS, seguindo a metodologia adotada para cálculo do conteúdo local de Bens.

d) Valor (em R$) da prestação de serviço atrelada à produção do Sistema, pagos em moeda estrangeira.

e) Valor (em R$) da parcela importada dos serviços atrelados à produção do Sistema, pagos em Reais, excluindo-se o ISS.

|  |
| --- |
| OBSERVAÇÕES: |
| a) Não considerar os valores gastos com sobressalentes. |
| b) Não considerar os valores gastos com despesas como por exemplo viagens, transporte de pessoas, alimentação, e outras despesas afins. |
| c) Utilizar as cotações referentes às datas base dos contratos de fornecimento, para conversão do valor dos componentes importados em reais. |
| d) Não considerar quaisquer reajustes nos valores dos fornecimentos, os quais devem se referir às datas base dos contratos. |
| e) Mantêm-se as disposições relacionadas à demonstração e comprovação de Conteúdo Local aplicáveis a Bens. |
| f) O valor da parcela importada de serviços será computado em função do ILS (ver Definições e Item VII desse documento). O percentual equivalente a (1-ILS) será aplicado na proporção do valor total do serviço (excluindo-se o ISS) e seu resultado será incorporado à parcela importada do serviço, somando-se com a que tiver sido faturada em moeda estrangeira, ou por empresas não inscritas no CNPJ, se for o caso. |
| g) Caso existam, os valores das parcelas nacionais de fornecimentos realizados por fabricantes nacionais poderão ser deduzidos do valor da parcela importada, tendo-se por base apenas o valor originalmente faturado pelo fabricante nacional do Bem exportado ou incorporado ao fornecimento estrangeiro. |
| h) Os Bens e Bens para uso temporal inclusos no contrato objeto de certificação deverão ser certificados previamente. |
| i) Os Materiais inclusos no contrato objeto de certificação, adquiridos pelo fornecedor, deverão ter somente verificada a sua procedência, não sendo necessária a certificação prévia. Nos casos em que os Materiais sejam adquiridos diretamente pelos Concessionários, estes deverão seguir o estabelecido no capítulo Cálculo de Conteúdo Local de Materiais da presente cartilha. |

# 7 Critérios, Instruções e Fórmula de Cálculo do Conteúdo Local de Serviços de mdo Relacionados à Indústria de Petróleo e Gás Natural

O Conteúdo Local em Serviços de MDO, inclusive Software, será mensurado através do índice de custo de utilização de mão de obra local na prestação dos serviços (ILS). O ILS deverá ser aplicado ao valor do serviço contratado, excluído o ISS, para a apuração do Conteúdo Local em Serviços de MDO.

**a)** O Índice de Custo de Utilização de Mão de obra Local em Serviços de MDO (ILS) deverá ser calculado pela fórmula abaixo, desde que a empresa prestadora de serviços seja inscrita no CNPJ:



**b)** O ILS será calculado considerando-se a respeito do serviço:

**Y** = CUSTO TOTAL DA MÃO DE OBRA NECESSÁRIA OU EFETIVAMENTE UTILIZADA NA REALIZAÇÃO DO SERVIÇO DE MDO COMPLETO

**X** = CUSTO TOTAL DA MÃO DE OBRA NACIONAL NECESSÁRIA OU EFETIVAMENTE UTILIZADA NA REALIZAÇÃO DO SERVIÇO DE MDO COMPLETO

Caso o serviço seja prestado por empresa não inscrita no CNPJ, ou seja, faturado em moeda estrangeira, o seu valor será considerado totalmente importado. Entretanto, caso existam, os custos com mão de obra nacional decorrentes da subcontratação de empresas nacionais ou de autônomos utilizados para a realização do serviço, poderão ser contabilizados como parcela nacional - “X”, tendo-se por base apenas os custos que foram efetivamente incorridos e comprovados, os quais deverão ser certificados e apresentados aos concessionários contratantes do serviço para as devidas deduções em suas prestações de conta quanto aos compromissos de Conteúdo Local.

|  |
| --- |
| OBSERVAÇÕES: |
| a) Para fins de medição da mão de obra própria das concessionárias, será aceito a emissão de um único certificado válido por 1 (um) ano, baseado na medição de pelo menos 3 (três) meses de folha de pagamento. |

# 8 Critérios, Instruções e Fórmula de Cálculo do Conteúdo Local de Materiais adquiridos diretamente pelos Concessionários



**Z** = PERCENTUAL DE CONTEÚDO LOCAL DE MATERIAIS, sendo este percentual obtido pela verificação da procedência do Material através da documentação fiscal: 0% para Materiais fabricados no exterior, e 100% para Materiais fabricados no Brasil.

# 9 Planilhas de Cálculo do Conteúdo Local e Passo a Passo do Cálculo do Conteúdo Local (CL) de Bens, Bens para Uso temporal, Conjuntos, Materiais, Serviços de MDO, Sistemas e Sistemas para Uso temporal

Os modelos das “Planilhas de Cálculo de Conteúdo Local”, bem como, os procedimentos de preenchimento destas, para efeito de cálculo do percentual de conteúdo local, e emissão dos Certificados de Conteúdo Local de Bens, Bens para Uso Temporal, Conjuntos, Materiais, Serviços de MDO, Sistemas e Sistemas para Uso Temporal, ficarão disponíveis no sítio da ANP em *www.anp.gov.br*.